



Câmara Técnica de Águas Subterrâneas
Ata da 89ª Reunião

Data: 14 de outubro de 2014

Hora: 09h40 às 17h00.

Local: CPRM, localizado na Avenida Brasil, 1731, Bairro Funcionários, Belo Horizonte – MG.

PARTICIPANTES:

Ministério da Integração Nacional: Ausente;

Ministério da Defesa: Ausente;

Ministério do Meio Ambiente/SRHU: Antônio Calazans Reis Miranda

(antonio.miranda@mma.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente/ANA: Adriana Pires Ferreira (adriana.ferreira@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Claudio Pereira de Oliveira (claudio@hidrogeo.com.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – GO/MT: Nédio Carlos Pinheiro (nedio@terra.com.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – ES/MG: Maricene M. O. M. Paixão
(maricene.paixao@meioambiente.mg.gov.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RJ/SP: Luciana Martin Rodrigues Ferreira
(lumartins@igeologico.sp.gov.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL: Ausente;

Irrigantes: Wilson A. Bonança (wilson.bonanca@cna.org.br);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: José Nogueira
(josenogueira@saneago.com.br);

Indústrias: Maria de Lourdes Pereira dos Santos (maria.lourdes.santos@vale.com);

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para o Lazer e Turismo: Ausente;

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Emílio Carlos Prandi
(ecprandi@gmail.com);

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Waldir Duarte Costa Filho (wdcfilho@gmail.com);

Organizações Não Governamentais: José Vicente Granato (jvgranato@yahoo.com.br).

Organizações Não Governamentais: Suyane Santos Costa (suyanesc@yahoo.com.br).

DEMAIS PRESENTES:

Fernando Feitosa (fernando.feitosa@ana.gov.br);

Claudia Pires (claudiapires@saneago.com.br);

Moura Batista Alves

Maria Teresa Viana (tespca@gmail.com);

Zoltan Romero C. Rodrigues (zoltanr@gmail.com);

Maria Antonieta Mourão (Maria.antonietta@cmmr.gov.br);

José Paulo Evaristo (josepaulo@saneago.com.br);

Viviane Cristina Vieira (viviane.cunha@cprm.gov.br).

RELATORIA: Anderson Felipe de Medeiros Bezerra – SRHU/MMA (anderson.bezerra@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS: A reunião iniciou na manhã do dia 14 de outubro de 2014, com o Sr. **Waldir Duarte Costa Filho** dando boas vindas a todos e solicitando uma rodada da apresentação dos membros presentes. Após, passou a palavra para o Sr. Marcelo, superintendente da CPRM de Minas Gerais, que agradeceu a presença de todos que se mobilizaram a realizar a reunião nas dependências da CPRM de Belo Horizonte, convidando todos para a abertura do Congresso de Águas Subterrâneas ao final do dia e desejando uma boa reunião a todos. Após, passou-se para o **Item 02 - Aprovação das Atas da 86ª e 87ª Reuniões da CTAS**: A secretaria executiva recebeu, dentro do prazo regimental, algumas sugestões de alteração da Ata da 86ª Reunião da CTAS, referentes a correção de digitação ou propondo

52 uma melhor escrita. Portanto, a ata da 86ª foi aprovada com alterações, enquanto que a ata da 87ª
 53 reunião foi aprovada sem alterações. Após a aprovação das atas, o **Sr. Waldir Duarte Costa Filho**
 54 propôs inversão de pauta, tendo em vista o Sr. Rodrigo Lemos terá que se ausentar no período da tarde,
 55 quando seria a apresentação de sua palestra. A proposta de inversão de pauta foi acatada pelos membros,
 56 passando-se para o **Item 04 – Apresentações: I - Águas subterrâneas e segurança hídrica na Região**
 57 **Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Por Rodrigo Lemos - Geógrafo - Representante da**
 58 **Sociedade Civil no CBH-Velhas:** o **Sr. Rodrigo Lemos** iniciou sua apresentação falando que é
 59 necessário uma discussão de forma ampliada sobre os usos das águas subterrâneas na região do alto Rio
 60 das Velhas e sua importância para a segurança hídrica na RMBH. Apresentou também informações
 61 iniciais sobre a situação hídrica do alto Rio das Velhas e uma contextualização dos usos da água no alto
 62 Rio das Velhas a partir de informações do Plano Diretor de Recursos Hídricos. Expôs também algumas
 63 fragilidades ambientais do sistema Rio das Velhas, que está fortemente susceptível à alterações de
 64 qualidade das águas a partir dos usos e ocupações à montante de seus pontos de captação, sendo os dois
 65 principais focos de pressão os usos urbanos e a mineração. Ao final de sua palestra o Sr. Rodrigo Lemos
 66 comentou que o cenário de conflito pelo uso da água já é uma realidade no Alto Rio das Velhas e que a
 67 dependência da RMBH das captações superficiais em áreas de influência da expansão urbana e de
 68 interesses econômicos é um dos principais conflitos na região do Alto Rio das Velhas. No entanto, áreas
 69 de proteção ambiental podem ser uma forte ferramenta de controle do uso do solo e das atividades
 70 econômicas em uma área de conflito. Segundo ele, as águas subterrâneas são alternativas estratégicas
 71 para a garantia de seguridade hídrica para a região metropolitana de Belo Horizonte, sendo necessário
 72 que as instâncias públicas se manifestem sobre a possibilidade de utilização futura destas fontes de água
 73 de altíssima qualidade. O FONASC, está discutindo, junto com outros segmentos da sociedade civil a
 74 importância de uma moção no âmbito do Comitê do Rio das Velhas, a ser encaminhada ao CBH São
 75 Francisco e CERH e CNRH, sobre a importância das águas subterrâneas no Alto Rio das Velhas e em
 76 especial a importância da preservação da UTE Águas do Gandarela. Após a primeira apresentação o **Sr.**
 77 **Waldir Duarte Costa Filho** abriu a palavra aos membros para possíveis questionamentos. A **Sra.**
 78 **Maria de Lourdes** (Indústrias) comentou primeiramente que o enquadramento na bacia do Rio das
 79 Velhas deve ser revisto, pois a realidade na bacia mudou bastante desde o ultimo enquadramento.
 80 Comentou também que na visão de conflitos na bacia do Rio das Velhas, não está sendo dada a devida
 81 importância para o adensamento populacional, enquanto que a mineração é vista como a principal
 82 responsável pelos conflitos de uso da água. A **Sra. Adriana Pires Ferreira (ANA)** comentou sobre a
 83 importância de se conhecer melhor as características hidrogeológicas da região, para que se conheçam
 84 as disponibilidades hídricas e as interações com as águas superficiais. Após, o **Sr. Waldir Duarte Costa**
 85 **Filho** passou para a próxima apresentação; **II - Encaminhamentos do Workshop realizado nos dias 25 e**
 86 **26 de setembro: Proposta de Resolução no âmbito da CTAS sobre Gestão Integrada de Recursos**
 87 **Hídricos Superficiais e Subterrâneos:** A **Sra. Adriana Pires Ferreira (ANA)** apresentou o documento
 88 síntese do Workshop, demonstrando as premissas para o estudo, os aspectos técnicos e metodológicos
 89 que devem ser levados em consideração na elaboração da proposta de resolução. O **Sr. Emílio Carlos**
 90 **Prandi** (Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas – coordenador do
 91 Grupo de Trabalho Gestão Integrada - GTGI), comentou que a proposta de resolução possui questões
 92 institucionais e questões técnicas, sendo que as questões institucionais estão mais bem compreendidas.
 93 As questões técnicas começaram a ser discutidas pelo GT antes mesmo do Workshop, como a
 94 contribuição dos aquíferos nos recursos hídricos superficiais, através do fluxo de base. Ele comentou
 95 ainda não se deve perder o foco dos aquíferos fronteiros (interestaduais), como é o caso do Apodi. Já
 96 que os estados são responsáveis pela gestão dos aquíferos, como será a articulação entre eles? Por
 97 ultimo, o Sr. Emílio ressaltou que os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas são de
 98 responsabilidade dos Comitês de Bacias, e, portanto, é importante que os comitês sejam ouvidos na
 99 elaboração da proposta de resolução. A **Sra. Maria de Lourdes** colocou sua preocupação com a falta de
 100 conhecimento sobre interações entre águas subterrâneas e superficiais. Esta é uma questão técnica pouco
 101 discutida nos comitês de bacias, podendo gerar um conflito de interesses, pela falta de informações para
 102 subsidiar a tomada de decisão, sendo necessária, em um primeiro momento, a obtenção deste
 103 conhecimento. O **Sr. Zoltan Romero C. Rodrigues** apontou sua preocupação com a gestão realizada
 104 pelos comitês de bacia que recebem água subterrânea de outras bacias, pois a legislação indica que os
 105 comitês devem ser restritos ao seu território. O **Sr. Emílio Carlos Prandi** comentou que a gestão nos

106 comitês deverá ser pautada pela gestão de demandas, e não de disponibilidades. O **Sr. Wilson A.**
107 **Bonança** levantou alguns aspectos sobre o documento base do Workshop, que servirá como base para a
108 discussão da proposta de resolução. Ressaltou que o escopo da resolução não deve tratar de aspectos
109 políticos, e sim de aspectos institucionais. Por fim, comentou que é necessário definir uma metodologia
110 de trabalho acerca das diretrizes que saíram do Workshop, e que se deve planejar uma nova reunião
111 conjunta com a CTPOAR para preparar uma minuta de resolução. A **Sra. Suyane Santos Costa** (ONGs
112 – FONASC) registrou que os comitês de bacias são fundamentais como espaço participativo da
113 sociedade civil, e se preocupa com a questão da gestão integrada de recursos hídricos subterrâneos e
114 superficiais, devendo ser pautada também nos comitês de bacia. Segundo ela, está na hora de agir em
115 caráter emergencial com foco na gestão integrada, levando-se em conta a situação extrema de escassez
116 hídrica no Brasil. Finalizados os questionamentos e comentários dos participantes, passou-se para a
117 apresentação seguinte: III - Redes de monitoramento como ferramenta para a gestão integrada dos
118 recursos hídricos. Por Maria Antonieta Alcântara Mourão - Pesquisadora em Geociências da CPRM: A
119 **Sra. Maria Antonieta Alcântara Mourão** iniciou sua apresentação falando sobre alguns conceitos
120 relacionados com a gestão integrada para a alocação e monitoramento de uso dos recursos hídricos no
121 contexto de objetivos sociais, econômicos e ambientais, baseando-se no entendimento de que todos os
122 diferentes usos dos recursos hídricos finitos são interdependentes. Comentou também sobre a
123 importância do monitoramento sistemático de qualidade e quantidade de recursos hídricos,
124 demonstrando que os programas de monitoramento dos recursos hídricos estão ampliando o
125 conhecimento e indicando de forma satisfatória a disponibilidade, os aspectos qualitativos, os impactos,
126 as pressões e as causas de problemas e conflitos. Por fim, apresentou a rede de monitoramento das águas
127 subterrâneas, projetada e em implantação pelo Serviço Geológico do Brasil, que, apesar de ainda
128 pequena, está sendo construída de forma sistemática e criteriosa, com o objetivo primordial de
129 ampliação do conhecimento dos aquíferos visando a proteção, conservação e gestão das águas
130 subterrâneas seja alcançado. A gestão eficaz das águas superficiais e subterrâneas exige a integração das
131 redes de monitoramento e o planejamento conjunto entre as instituições. Após a apresentação a palavra
132 foi passada aos membros da CTIL para comentários e questionamentos. O **Sr. Zoltan Romero C.**
133 **Rodrigues** parabenizou a palestrante e o Serviço Geológico do Brasil pela iniciativa de implantação
134 desta rede de monitoramento, e perguntou sobre a disponibilidade de dados do monitoramento pela
135 internet, obtendo como resposta que no site da CPRM / RIMAS encontram-se disponíveis os dados para
136 download. Ao final da reunião o **Sr. Cláudio Pereira de Oliveira** (vice-presidente da ABAS
137 2013/2014) apresentou a seguinte palestra: IV - Lei Federal sobre Águas Subterrâneas à luz das
138 legislações existentes. O Sr. Cláudio iniciou sua palestra falando do histórico da gestão de recursos
139 hídricos no Brasil, iniciando com o Código das Águas, de 1934, confrontando com a Constituição
140 Federal de 1988, que promoveu profundas mudanças na administração das águas, com um modelo
141 sistêmico de integração participativa, instituindo a bacia hidrográfica como unidade administrativa.
142 Falou também da Lei Federal Nº 9433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos,
143 comentando sobre seus instrumentos, dando ênfase à outorga do direito de uso de recursos hídricos,
144 passando pela a Resolução Nº. 16/2001 do CNRH, que estabelece critérios gerais para a outorga de
145 direito de uso de recursos hídricos. Com relação às águas subterrâneas, comentou que poucos estados
146 possuem corpo técnico capacitado, e alguns confundem a gestão de recursos hídricos com gestão
147 ambiental, caracterizando a deficiência de gestão técnica, provocando sérios prejuízos no processo de
148 gestão dos recursos hídricos subterrâneos, sendo necessárias mudanças profundas de comportamento
149 dos organismos gestores. Após a apresentação a palavra foi passada para os membros presentes pra
150 questionamentos. O **Sr. Wilson A. Bonança** parabenizou o palestrante, comentando que os gestores
151 atualmente encontram-se acomodados com a Lei nº 9433/1997. No entanto esta lei ainda depende de
152 muita regulamentação, sendo necessária uma reflexão acerca das omissões dos órgãos responsáveis pela
153 regulamentação. Comentou ainda sobre a cobrança de recursos hídricos no Brasil, havendo a
154 necessidade de uma Lei que a regule, pois do jeito que está hoje, a cobrança é inconstitucional.
155 Item 05 - Debates e encaminhamentos: o **Sr. Waldir Duarte Costa Filho** agradeceu a participação de
156 todos os presentes, lembrando ainda do Congresso de Águas Subterrâneas ao final do dia. Não havendo
157 mais encaminhamentos, a 89ª Reunião foi encerrada pelo presidente da CTAS.

159 Ata aprovada durante a xx^a Reunião da CTAS, em xx de xxxx de 2015.

160

161

162 **Waldir Duarte Costa Filho**
163 Presidente da CTAS

Anderson Felipe de M. Bezerra
Relator da CTAS